

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

### **MENSAGEM Nº 31, DE 2008**

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 04 de abril de 2007.

**Autor:** Poder Executivo

**Relator:** Deputado Clodovil Hernandes

## **I - RELATÓRIO**

Nos termos do artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 04 de abril de 2007.

A cooperação estabelecida pelo Acordo enfatiza as áreas de pesquisa e desenvolvimento, capacitação, educação, treinamento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa. Entre seus objetivos também estão: partilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações militares, no uso de equipamento militar, bem como no cumprimento de operações internacionais de manutenção da paz; partilhar conhecimentos nas áreas de Ciência e Tecnologia; promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar; colaborar em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares e cooperar em outras áreas de defesa de interesse comum.

Na conformidade do artigo 2 do Acordo, a cooperação se desenvolverá por meio de visitas mútuas de delegações de alto nível; reuniões entre as instituições de defesa; intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; participações em cursos, estágios, seminários, conferências e debates; visitas de aeronaves e navios militares; eventos culturais e desportivos; facilitação de iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de defesa e implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa.

O presente Acordo também designa que cada Parte será responsável por suas despesas no cumprimento do Acordo e que as Partes não impetrarão ação cível uma contra a outra, ou a seus membros das Forças Armadas por danos causados no exercício das atividades que se enquadrem no âmbito do Acordo. Qualquer perda ou dano causada a terceiros por membro das Forças Armadas em razão de imprudência, imperícia, negligência ou intencionalmente será responsabilidade da Parte a qual ele pertencer.

A proteção de informação classificada é assegurada pelo Artigo 5, o qual remete a um posterior Acordo para a proteção de informação classificada. Até sua entrada em vigor, as Partes concordam em: não divulgar a terceiros países qualquer equipamento militar ou tecnologia, nem difundir informação classificada; proceder a classificação de sigilo com o mesmo grau atribuído pela Parte emissora; a limitar o uso e o acesso à informação classificada e a manter a informação mútua sobre as alterações que venham a ocorrer nos graus de classificação de segurança.

O presente Acordo também prevê a assinatura de protocolos complementares e entendimentos específicos de cooperação de defesa, envolvendo entidades civis e militares, em seu âmbito.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O Acordo sob análise firmou-se durante visita de Estado do Presidente do Equador ao Brasil, em 04 de abril do ano passado. De acordo com a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a qual

acompanha e instrui a Mensagem Presidencial, ele se insere na prioridade que o Brasil tem conferido à cooperação e integração da América do Sul, contribuindo para o desenvolvimento e segurança regionais. Outrossim, diz respeito aos compromissos de fortalecimento da confiança e transparência mútua no âmbito das Américas.

Com efeito, o Ministério da Defesa está empenhado na formulação de um ambicioso plano de defesa para a região, com a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa que seja capaz de articular políticas de defesa na América do Sul, com intercâmbio de pessoal, formação e treinamento de militares, realização de exercícios militares conjuntos e a integração de bases industriais de defesa. A proposta brasileira de formulação de uma estratégia de defesa comum para o continente foi-nos apresentada nesta Comissão pelo próprio Ministro da Defesa, em audiência pública ocorrida em abril deste ano. Naquela ocasião, o Ministro se referiu, inclusive, à formação de uma identidade sul-americana no campo da defesa como estratégia para o fortalecimento da região.

Isto posto, esclarecemos que, nada encontramos, no texto do presente Acordo, que impeça sua aprovação pelo Congresso Nacional. Assim, votamos pela aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 04 de abril de 2007, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado CLODOVIL HERNANDES  
Relator

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2008**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 04 de abril de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 04 de abril de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2008.

Deputado CLODOVIL HERNANDES  
Relator